

CORREIO ECONÔMICO



Total de recursos desviados ainda está em apuração

Operação 'Fair Play' apura desvios no setor de esporte

Desarticular uma organização criminosa que teria desviado recursos da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Este é o objetivo central da Operação 'Fair Play', deflagrada, nessa segunda-feira (30), em ação conjunta entre a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

No total, a operação inclui 13 mandados de busca e apreensão, expe-

ditos pela 1ª Vara Criminal da Justiça Federal em Belo Horizonte, a serem cumpridos em empresas e residências em Belo Horizonte e São Paulo. Foram bloqueados de R\$ 180 milhões em ativos financeiros.

A organização criminosa seria liderada por um ex-servidor exonerado do Ministério do Esporte, que teria desviado verbas da renúncia fiscal federal.

Autorização

Por meio de comunicado, a PF informou que, "entre os anos de 2019 e 2023 as associações obtiveram autorização para captar recursos junto a empresas e pessoas físicas, em projetos incentivados com base na Lei de Incentivo ao Esporte, que somam mais R\$190 milhões".

Indícios

A investigação dispõe de indícios de que associações e empresas com sócios ou vínculos em comum teriam sido criadas com o propósito de desviar recursos, "burlando o limite ao número de projetos que podem ser apresentados por uma mesma associação".



Volume expressivo objetiva incentivar investimentos

BNDES disponibiliza R\$ 100 bilhões para investimentos

A partir dessa terça-feira (1º), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passa disponibilizar o volume recorde de R\$ 100 bilhões em crédito, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC), para investimentos e geração de emprego e renda de microempreendedores

individuais (MEIs) e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

A expectativa do banco de fomento é de que mais de 200 mil operações sejam aprovadas nos próximos 18 meses, ao esclarecer que tais recursos não envolvem desembolsos da União e resultam da baixa inadimplência, como é comum nos últimos anos.

R\$ 42 bilhões

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, "a boa gestão financeira e de crédito dos ativos do FGI PEAC pelo BNDES garantiu, sem novos aportes do Tesouro Nacional, um volume de R\$ 42 bilhões em crédito alavancado em 2023 e R\$ 21 bilhões.

Alavancagem

Quase metade dos 40 agentes financeiros contratantes das garantias do programa, em 2020, optou pela renúncia de cerca de R\$ 9 bilhões em limite para cobertura de garantias, informou o banco, permitindo a alavancagem dos R\$ 100 bilhões.

Conclusão

Ao concluir o pagamento da parcela de setembro do novo Bolsa Família, a Caixa Econômica Federal (CEF) contemplou beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0. Assim, o valor mínimo do benefício, de R\$ 600, foi elevado para R\$ 684,27.

Renda

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês, o programa de transferência de renda do governo federal alcançou 20,71 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,14 bilhões, o que desconsidera, ainda o pagamento de três benefícios adicionais.

Focus: IPCA interrompe um ciclo de alta de dez semanas

Boletim mantém em 4,37% a projeção de inflação para 2024

Por Marcello Sigwalt

Talvez como reflexo da pressão objetiva exercida pelo avanço da Selic (taxa básica de juros), agora alçada a 10,75% ao ano, o boletim Focus – consulta semanal do Banco Central (BC) às 100 maiores instituições financeiras nacionais – manteve em 4,37% a projeção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para este ano, interrompendo um ciclo incessante de dez altas seguidas do indicador.

Para o ano que vem, a estimativa de inflação, igualmente continuou nos 3,97% anteriores, mas caiu de 3,62% para 3,60%, em relação a 2026. Para 2027, a previsão estacionou nos mesmos 3,50% das últimas 65 semanas.

No que toca ao custo do dinheiro, a 'banca' elevou, de 11,50% ao ano para 11,75% ao ano, seu prognóstico para a Selic, enquanto elevou a taxa, de 10,50% ao ano para 10,75% ao ano.

Quanto ao desempenho da economia, o mercado financeiro manteve a expectativa



Avanço da Selic pode explicar corte do ciclo de altas do IPCA para este ano

anterior, de uma expansão de 3% este ano (suspendendo uma escalada de seis semanas seguidas de alta), mas subiu moderadamente aquela para 2025, de 1,90% para 1,92%. Estacionária nos mesmos 2% das últimas semanas, ficou a 'aposta' para

2026, o mesmo valendo para os 2% de 2027, nas 62 semanas anteriores.

Já para o resultado primário – que serve de referência de qualidade (ou não) das contas públicas – foi mantida, pela quarta semana seguida, a previ-

ção de um déficit de 0,60% do PIB, ao passo que a estimativa para 2025 avançou, passando de -0,74% do PIB para -0,73% do PIB.

Para o ano seguinte, a projeção recuou de -0,69% do PIB para -0,67% do PIB.

Inconsistências preocupam o mercado

Juros avançando, inflação parando, mas persistem inconsistências no trato do Orçamento federal, assim como no que toca ao não cumprimento das metas de inflação por parte do Planalto. Tal conclusão alimenta preocupações entre economistas.

Um dos sintomas mais claros da má gestão fiscal está precificado no impacto na curva de juros futuros, encarecendo os investimentos, como reflexo

das incertezas sobre o desempenho, imediato e futuro, das contas públicas.

Prova disso foi a tensão que marca o comportamento do mercado financeiro, já no início dessa semana, com direito à alta do dólar e 'tombo' da bolsa de valores.

Além das inconsistências orçamentárias, predominam expectativas excessivas de receitas extraordinárias, aliada à subestimação de gastos previ-

denciários e, até mesmo, receios sobre o retorno de manobras contábeis têm fomentado os debates.

Contabilidade 'criativa' à parte, o mercado avalia que o bloqueio de R\$ 2,1 bilhões, com a reversão de contingenciamento, liberando ao todo R\$ 1,7 bilhão para gastos, pode acentuar a dúvida de que a meta de zerar o rombo fiscal este ano seja, de fato, atingida.

Em análise direta, para a XP,

o relatório bimestral de inflação do governo indica que a meta fiscal deste ano não será cumprida. Também preocupam questões, como o 'ímpeto' monetário da equipe econômica de elevar impostos como única forma de reequilibrar as contas, mas inversamente, o Executivo resiste em promover cortes de gastos estruturais. Isso sem contar a autorização para realização de gastos fora da meta fiscal, por conta de exceções.

Dívida federal cai 1,46% para R\$ 7 trilhões

Divulgação Sindifisco MS



Estoque da DPF cai 1,46% e fecha R\$ 7 trilhões em agosto

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) caiu 1,46% em agosto e fechou o mês em R\$ 7,035 trilhões. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 30, pelo Tesouro Nacional. Em julho, o estoque estava em R\$ 7,140 trilhões.

A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 59,27 bilhões no mês passado, enquanto houve um resgate líquido de R\$ 163,44 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve queda de 1,55% em agosto e fechou o mês em R\$ 6,716 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) foi 0,48% maior no mês, somando R\$ 319,17 bilhões ao fim de agosto.

Com a elevação da taxa básica de juros, atualmente em 10,75% ao ano, a parcela de títulos da Dívida Pública Federal (DPF) atrelados

à Selic subiu em agosto, para 46,85%. Em julho, estava em 44,95%. Os papéis prefixados também subiram, indo de 21,33% para 22,20%.

Os títulos remunerados pela inflação recuaram para 26,43% do estoque da DPF em agosto, ante 29,28% em julho.

Os papéis cambiais oscilaram a participação na DPF de 4,44% para 4,52% no mês passado.

Tesouro Nacional anunciou em setembro uma alteração no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2024 para acomodar a maior participação de títulos atrelados à Selic na composição

da DPF. Esperava-se que, neste ano, esses papéis atingissem participação de 40% a 44%, mas agora ficarão entre 43% e 47% até o fim de 2024.

O órgão reduziu ainda os intervalos de participação dos títulos prefixados e das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), que são títulos com rentabilidade atrelada à inflação. O novo limite determinado para os prefixados (LTN e NTN-F) será de 22% a 26%, ante a variação entre 24% e 28% prevista no plano inicial. Já os títulos corrigidos pelo índice de preços terão participação entre 25% e 29% do estoque. Na projeção inicial, esses papéis vão variar entre 27% a 31% até o fim do ano.

Para os títulos atrelados ao câmbio, o Tesouro manteve o intervalo de participação entre 3% e 7%. O órgão também não alterou o prazo médio, que deve ficar entre 3,8 e 4,2 anos.

Risco fiscal 'turbina' os juros futuros

Os juros futuros terminaram essa segunda-feira (30), em alta, com avanço bem mais expressivo, antes o fechamento de agosto. A piora na percepção de risco fiscal, após dados do setor público consolidado acentuarem o temor da dominância fiscal, pressionava as taxas já pela manhã e o avanço ganhou força à tarde após o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, indicar redução no ritmo de corte de juros nas próximas

reuniões se os dados econômicos não surpreenderem.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 encerrou em 11,005%, estável ante o ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2026 subiu de 12,27% para 12,32%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 12,39% (de 12,30% na sexta-feira) e a taxa do DI para janeiro de 2029 avançou para 12,49%, de 12,37%.

O principal estímulo ao acúmulo de prêmios ao longo do mês veio da piora da percepção sobre as contas públicas, hoje renovada pelo resultado do setor público em agosto. O déficit de R\$ 21,4 bilhões ficou em linha com a mediana das estimativas (R\$ 21 bilhões), mas a abertura do dado acentuou o temor de que o País possa entrar em dominância fiscal, na qual a política monetária perde sua eficácia em meio ao

crescimento do endividamento público.

"O mercado está um pouco menos preocupado com o primário do arcabouço e mais preocupado com outras questões que passam por fora do arcabouço. Tem medo de que a dívida bruta do governo geral, também por conta da alta da taxa de juros, nos coloque numa situação bastante perigosa", afirma o diretor da Nomos Investimentos, Beto Saadia.